ICANN81 | Semana de preparação – Atualização de conformidade contratual
Segunda-feira, 26 de outubro, 2024 – 21h às 22h30 TRT

MAY KIM: A sessão vai começar. Peço que inicie a gravação. Olá, e bem-vindos à Atualização do Programa de Compliance Contratual. Eu sou May Kim. Eu sou a gerente de participação dessa sessão. Essa sessão está sendo gravada e é regida pelos Padrões de Comportamentos Esperados da ICANN e políticas antiassédio. As perguntas e comentários só serão lidos se estiverem de acordo com o formato indicado. Nós teremos interpretação nessa sessão em inglês, francês, espanhol, chinês, russo, árabe e português. Clique no ícone de interpretação no Zoom e selecione o idioma, que quiser ouvir durante a sessão. Se quiser falar, levante a mão no Zoom e quando chamado, ative seu microfone. Diga o seu nome, o idioma que vai falar, se não for inglês, e fale devagar para uma boa interpretação. O chat só pode ser privado entre os painelistas. Os chats entre participantes serão vistos pelos painelistas e o *host*. Nessa sessão, vamos discutir a aplicação da exigência de abuso e abuso do DNS ao protocolo de acesso a dados de registro, auditoria e apoio. Com isso, eu passo a palavra ao Jamie Hedlund, SVP de Compliance Contratual e Relações com Governos. Então, Jamie.

JAMIE HEDLUND: Muito obrigado, May. Agradeço por participarem dessa sessão. Eu sou responsável pelo Compliance Contratual e Relações com Governos,

para garantir que as obrigações sejam implementadas pelos registros e registradores. Nós garantimos que todas as obrigações sejam implementadas a fim de preservar e melhorar a segurança, estabilidade e resiliência do DNS. Isso é feito através de auditoria, monitoramento proativo e fazer auditoria bianual. Nós temos métricas e dados e esperamos, que isso os ajude a informar sobre o trabalho que nós fazemos. Nós apoiamos iniciativas de grupos de trabalho e de políticas, dando dados e contribuições sobre a aplicação e a exigibilidade das obrigações. E participamos em sessões de treinamento e divulgação com partes contratadas, para que a comunidade saiba quais são as obrigações contratuais. Hoje, vamos nos concentrar em algumas áreas importantes para a comunidade e espero que sejam informativas sobre o abuso do DNS e RDAP e auditorias de conformidade. Com isso, eu passo a palavra à Leticia.

LETICIA CASTILLO: Olá a todos. Depois da última atualização em fevereiro, falamos da preparação do Compliance da ICANN para exigir o cumprimento das exigências. Então, como coletar esses dados? Em abril, começamos, então, a implementar as exigências. Mas temos agora uma definição de abuso do DNS para o contrato de credenciamento de registradores e para o contrato básico de registro, que inclui *malware, botnet etc.* As partes contratadas precisam tomar medidas de mitigação para interromper o abuso do DNS comprovado. E os contatos para abuso devem ser prontamente acessíveis e a exigência de uma confirmação, de que receberam uma denúncia de abuso às partes denunciantes. E a

ICANN tem uma recomendação com orientações sobre a impetração e a conformidade com esses novos requerimentos.

Levando em conta esses requerimentos, de abril a outubro, iniciamos 192 investigações sobre abuso do DNS com registradores e operadores de registros. Em geral, era *malware, spam*. Nem todos os abusos, então, iniciaram uma investigação. Então, em 92, as denúncias foram relacionadas a abuso do DNS. Então, foram emitidas notificações formais de violação a um operador de registro e um registrador, por não terem cumprido os requerimentos de mitigação de abuso do DNS. Há um link aqui, nesses slides. Sobre isso, resolvemos 154 investigações de abuso do DNS, com a suspensão de 2.700 nomes de domínio. Então, isso é apenas abuso de DNS. A quantidade de denúncias de abuso foi um pouco mais de 200. Em geral, esse abuso envolve vários nomes de domínios e, muitas vezes, nas investigações, são detectados outros abusos. Então, das 192 investigações, 154 foram resolvidos com a suspensão de 2.700 nomes de domínio. É importante observar que os casos mitigados, e que foram resolvidos, há ainda muitas investigações em andamento, que ainda estão em aberto e serão incluídas nas próximas atualizações.

Em junho, começamos a publicar os relatórios mensais sobre as exigências de mitigação de abuso do DNS, que foram divididas em várias categorias e esses relatórios começaram a ser publicados em 5 de abril. O formato que nós usamos, achamos que dá uma visão ampla e também inclui atualizações regulares. Então, esse seria o ponto inicial. E isso pode mudar com o tempo e agradecemos as contribuições, que vocês tiverem para melhorar isso. Também

participamos em diversos eventos relacionados às exigências de abuso do DNS. Nós participamos do seminário na semana passada, com registros e registradores em Pequim e também em Istambul esse mês. Trabalhamos com os colegas do GDS e GSE e participamos o máximo possível. E, finalmente, preparamos uma auditoria para validar a compliance dos operadores de registro e vou explicar isso mais adiante.

Eu disse antes, então, das 400 investigações de abuso do DNS e outras. Eu coloquei um gráfico aqui das principais razões para resolver investigações com registradores. Em 52%, o registrador confirmou o abuso e suspendeu o nome de domínio. Em 21% dos casos, não houve prova acionável do abuso do DNS e eles estão em conformidade, porque recebemos uma explicação razoável do que foi feito. Por exemplo, um registrador, todas as informações que tinham e se comunicaram com o titular da conta e viram que esse site estava ligado com esse titular e não estava tomando esse registro. O que aconteceu também, em 3% dos casos, ou em 12%, então o registrador tomou medidas para interromper o abuso. E 3% foram tomadas outras medidas para interromper o abuso do DNS por redirecionamento, por exemplo.

Próximo slide. Aqui mostramos o número de casos de DNS resolvidos pelos registros. O registro resolveu todos os casos. E a grande diferença entre os números tem a ver com o fato de que de todas as denúncias que recebemos foram relacionadas aos registradores e apenas uma pequena parte aos registros. Então, por isso, tivemos 151 casos resolvidos de registradores e um de registros.

Ao continuar a impor essas obrigações, aqui temos dados dos casos resolvidos no período coberto de abril a outubro desse ano. Então, em 57%, o registrador investigou a denúncia, suspendeu o domínio. Nesse caso, há obrigações contratuais de medidas de mitigação e para investigar a denúncia. E em outros casos, depende das políticas do registrador. E 39% foram tomadas outras medidas pelo registrador, por exemplo, como contratar o provedor do registro. E então, foi feito contato com o titular e se viu que não houve nenhuma violação. E com isso, então, eu vou passar para a Amanda Rose.

AMANDA ROSE: Muito obrigada, Leticia. Vou falar dos requerimentos de RDAP a partir de 3 de fevereiro desse ano, quando foi exigida a conformidade com todos os requerimentos de RDAP. E em cada um desses requerimentos, há a exigência de implementação das versões mais recentes ou atual do RDAP, assim como o Manual de Implementação. Então, estamos no estágio de inserir os dados de registro de gTLDs, de acordo com a Especificação Temporária, ou podem usar a versão mais recente. Então, registrando os dados nos diretórios mais recentes, todas a partir, então de agosto, todos devem utilizar a versão mais recente. Quanto às exigências de nível de serviço, estamos usando as especificações indicadas na tela.

E para o registrador, apenas há a especificação de fornecer à ICANN um nome registrado, patrocinado pelo registrador, em cada gTLD a ser usada para monitorar a porta 43 do WHOIS e RDAP. Em 28 de janeiro, começou, então, o início de encerramento do WHOIS. Então, os registros e registradores não precisam mais fornecer serviços do

WHOIS. Se quiserem, podem continuar, mas, de qualquer forma, precisam estar em conformidade com as exigências do RAA, incluindo uma notificação que dirige a consulta para o serviço de RDAP. Próximo slide.

As nossas iniciativas aqui, para as partes contratadas, que implementaram o serviço de RDAP e tudo isso em conformidade com o Manual de Implementação Técnica e o perfil de resposta. Então, isso começou em outubro de 2019 até o presente, e a obrigação de ter um serviço contratado. E isso antes, de acordo com o requisito que já tinha antes da Especificação Temporária. E é importante que todos os operadores de registro tenham uma URL registrado na base de dados da IANA. E quanto aos registradores, só há alguns que não atualizaram a URL no Portal de Serviços de Nomes, e essa é a maneira que o registro do RDAP funciona com os registros. E vamos acompanhar aqueles que ainda não continuaram fazendo isso. De junho de 2023, depois das emendas até o presente, temos aplicado ou exigido a conformidade com o perfil de resposta ao RDAP e os requisitos do Manual de Serviços Técnicos para assegurarmos e ter atualizações periódicas sobre os casos ,em que ainda são candidatos.

Aqui temos, isso que tem a ver com o técnico, observamos algumas questões comuns, quanto à não-conformidade desses requisitos, e muitas vezes isso tem a ver com uma busca interrompida ao RDAP. Quanto aos registros principais e conteúdo do RDAP, eles não estão configurados como application/RDAP mais JSON, que é utilizado para o uso dos dados compatível com o usuário. Podemos ver um resultado muito técnico aqui, e para aqueles que não utilizam isso, muitas vezes

não é fácil de separar e entender o que mostra o registro sobre dados de registros. Devemos então ver onde estão os dados, visualizá-los de um formato fácil de ler, e sem isso essa busca pode ser interrompida com uma falha de conexão. Vemos também que não temos um serviço disponível para IPv6, deve estar em IPv4 e IPv6. E também vemos que o serviço é oferecido sobre HTTP, mas que deveria ser fornecido apenas sobre HTTPS. Então é possível que, se tivermos os dois, é possível que isso mostre erro ou não-conformidade, e o serviço RDAP não retorna o estado requerido de HTTP. Portanto, os domínios patrocinados devem dar um status 200 OK, e o status 404 não encontrado para domínios não patrocinados. Sabemos que o perfil de resposta tem mais a ver com os produtos e atos de registro, e é exigido que sejam visualizados nos serviços de diretório. Os estados EPP, muitas vezes, não são mapeados corretamente de acordo ao status requerido pelo RDAP. Às vezes, esse pode ser um assunto menor, mas o texto nas notificações exigidas pela resposta ou perfil de resposta não batem com os formatos, ou estão formatados incorretamente. Vemos isso no perfil de resposta, e mostra uma não-conformidade. Também nos concentramos nos casos, em que as partes contratadas devem mostrar determinados dados e registros, que podem estar faltando na resposta. Vamos para o próximo.

Aqui, inclui três links, que estarão disponíveis nos slides, uma vez que forem levadas, feito o *upload*. E uma delas é a Ferramenta de Conformidade do RDAP, que permite que os operadores e registradores façam um diagnóstico de seus próprios serviços. E isso está disponível agora para a prevenção do perfil em fevereiro de 2019, e o Manual de Implementação Técnica, mas é importante que seja atualizado para incluir as versões de fevereiro de 2024. Também temos a Wiki de

Ferramenta de Conformidade do RDAP, com informações úteis, alguns códigos também da ferramenta de conformidade, que talvez sejam difíceis de entender para aqueles que não estão acostumados. Mas aqui, explicamos como ajudar com a implementação e assegurar-se de que esteja em conformidade com os requisitos. Depois, o Manual do RDAP, um bom recurso para usuários desenvolvedores e outros envolvidos nas iniciativas de implementação de clientes do RDAP. Concluímos aqui a parte do RDAP, e passo a palavra a Yan Agranonik.

YAN AGRANONIK: Oi, sou Ian Agranonik, responsável pelas atividades vinculadas às auditorias no Departamento de Compliance. Houve algumas auditorias no início do ano e finalizamos a auditoria dos registradores, com 62 registradores em escala total. Foram aplicados a todos esses registradores. Também temos um relatório consolidado, publicado em agosto, que vocês podem consultar para ver quais são as deficiências que encontramos. E também, atualmente, vamos iniciar uma nova auditoria de conformidade contratual dos registros, que será feita também em escala completa, porque vamos concentrar-nos em todas as decisões, que observamos. Mas também vamos incluir alguns requisitos novos sobre mitigação de abuso do DNS, e eles serão revisados e testados. E enviamos uma solicitação de informação aos operadores de registro com o Grupo de Partes Interessadas de Registros. E queremos trabalhar de forma colaborativa para receber *feedback*. Vocês podem entrar nesse link aqui, que é do Programa de Auditoria de Conformidade Contratual. O plano, então, é que na próxima primavera, iniciemos uma auditoria dos registradores

novamente, depois isso, os operadores de registro também, que estamos por iniciar isso. É isso que eu queria compartilhar aqui com vocês.

JONATHAN DENNISON: Muito obrigado, Yan. Eu sou Jonathan Dennison. Vou fazer publicidade do trabalho, que fazemos em questões de políticas, grupos de trabalho e outras iniciativas. Frequentemente, trabalhamos em atividades vinculadas ao desenvolvimento, à elaboração de políticas, muitas vezes na etapa de implementação. E isso é porque isso exige muito tempo de especialistas na matéria, que muitas vezes acontece aqui nessa sessão. Isso traz múltiplos benefícios em que participamos, porque temos muitas vezes diferentes métricas e dados com os quais podemos trabalhar no cotidiano. Às vezes, recebemos alguns dados, ou são solicitados alguns dados, e isso pode ter impacto na maneira em que o trabalho sobre políticas é feito. Também sob a minha perspectiva, porque nós somos os que, basicamente, estudamos tudo aquilo que surge da questão das políticas. Também oferecemos, então, algumas informações para podermos entender como foi redigida a política e qual é a viabilidade da sua aplicação, o que é muito importante, porque queremos estar alinhados com o que vai sendo elaborado.

Por outra parte, isso nos permite preparar-nos, se for preciso, e também para estarmos preparados, quando já a política for entrar em vigor. E aqui vemos alguns exemplos das iniciativas, em que participamos recentemente. O PDP da Revisão de Políticas de Transferências, orientações sobre os IDNs, também a Revisão da

Implementação de Mecanismos de Proteção de Direitos. Na Próxima Rodada, o RDAP, a implementação de credenciamento de serviços de privacidade e proxy, entre outros e algumas questões, que têm mais a ver com a divulgação externa. Muitas vezes colaboramos com as equipes do GSE e GDS e em parceria com eles, para contribuir com informações do nosso Departamento de Compliance sobre algumas questões, que podem ser mais importantes e atuais. Por exemplo, aqui, outubro de 2024, trabalhamos em parceria com uma Sessão de Relacionamento com as Partes Contratadas da Turquia sobre requisitos de abusos, implementação do RDAP, interação com compliance, o RDRS, e outros assuntos diversos. E eu acho que... bom, é isso que eu queria mencionar. Acho que já concluímos essa apresentação, então. Então, teremos uma Seção de Perguntas e Respostas.

CHRIS LEWIS EVANS: Fala, Chris Lewis Evans, aqui, que faz uma pergunta sobre monitoramento proativo. No início, muitas das investigações, 192 ao todo, foram graças ao monitoramento proativo. Antes de começar a investigação? Leticia, você quer responder?

LETICIA CASTILLO: Sim. Oi, Chris, obrigado pela pergunta. As 192 investigações de abusos do DNS por seis meses resultaram de comentários proativos, enviados por especialistas e serviços em segurança, representantes e instituições diversas. Isso, porém, não esteve limitado às informações, nas reclamações. Mas houve outras informações também envolvidas.

Por exemplo, sobre padrões absurdos, e tivemos monitoramento proativo também, e fomos obtendo mais experiência com base em outras investigações e abusos do DNS. Muito bem, muito obrigado. Alguém levantou a mão aqui, entre os participantes. É o Nigel Hickson, aqui.

NIGEL HICKSON: Sim, obrigado. Podem me ouvir? Sim. Muito bem, sim. Sim, muito obrigado, boa tarde, muito obrigado pelas explicações tão detalhadas. E só queria ver isso sob uma perspectiva subjetiva, esse é um relatório muito interessante dos últimos seis meses. E em setembro foi o momento em que foram implementadas algumas medidas por compliance, mas a minha pergunta subjetiva é, quanto à sua interação com partes contratadas, isso foi útil para vocês, essas medidas de compliance foram úteis para vocês? O que vocês acham disso, em termos do que vocês devem fazer? isso quanto às medidas de compliance.

LETICIA CASTILLO: Muito obrigada, pergunta muito interessante. É importante deixar o tempo suficiente, para medir o impacto, e nos encontramos justamente nessa instância. Salvo alguns casos, gostaria de mencionar que temos algo de visibilidade das interações com o DNS, enquanto alguns casos, mas a maioria desses casos foram resolvidos sem ter que encaminhar isso para o *enforcement*. E pelo que entendemos, isso finalmente não foi resolvido por compliance, mas realmente queremos pensar em termos de acordos. E vou dar um exemplo, sim, de algo, de um caso em

que não havia processos estabelecidos. E foi dessa maneira em que nós criamos um programa específico do nosso pessoal, para treiná-los sobre o abuso do DNS. Ensinamos como implementar o programa, os marcos, os treinadores, e também a maneira em que pensávamos fazer os testes, para as pessoas que estão recebendo esse conhecimento para testar eles, e foram implementadas medidas também para poder cumprir. Não sei se eu estou respondendo bem a sua pergunta.

NIGEL HICKSON: Muito obrigado. Sim, foi muito útil. Bom, então, temos uma pergunta aqui no chat de Anne Aikman. Como os operadores de registro, como eles fazem o monitoramento do cumprimento, seguindo os requisitos de elegibilidade do registrante para, por exemplo, licenças profissionais? E quais são as salvaguardas que são aplicadas? Yan, você quer responder?

YAN AGRANONIK: Sim, posso responder. Em auditorias prévias, quando esses operadores de registro deveriam verificar a elegibilidade, nós tínhamos algumas perguntas para verificar, para testar e garantir que medidas fossem tomadas para verificar a elegibilidade do registro. Por exemplo, se havia licenças profissionais que eram requeridas, pedíamos que fossem mostradas e que mostrassem o procedimento, pelo qual o operador de registro aplicava isso. Não sei se há reclamações sobre isso, não tenho muita certeza, mas para responder a sua pergunta, esses são os mecanismos de verificação. É só isso.

MAY KIM: Muito obrigada. Sim, obrigada. Não temos mais perguntas, nem no chat, nem aqui no Q&A, nem há mãos levantadas. E como vemos aqui no último slide, vocês podem enviar mais perguntas ao primeiro link. Também há formulários disponíveis online. Também há relatórios e métricas de compliance da contratual da ICANN. E também há um programa de auditoria. E essa apresentação será publicada no cronograma da ICANN81, que será depois da reunião. Sim, há mais uma pergunta, vamos ver, acho que é para o Yan. Como são escolhidos os candidatos à auditoria?

YAN AGRANONIK: Sim, na rodada atual, escolhemos os candidatos utilizando vários critérios. Usamos dados, que a ICANN coleta de denúncias de abuso do DNS e também vários outros critérios de parceiros externos de auditoria para escolher os candidatos. Por exemplo, o número de denúncias recebidas. E vamos compartilhar esses critérios com o Grupo de Registros e Registradores. Na verdade, já fizemos isso.

MAY KIM: Mais alguma pergunta? Bem, parece que estão todos satisfeitos. Muito obrigada aos oradores e aos participantes.

JAMIE HEDLUND: Muito obrigado pela participação.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]